

O paraíso dos estrangeiros

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

De vez em quando, a exemplo dos dias que correm, os brasileiros descobrem a Amazônia. No calor das crises, os principais personagens do governo se apressam a lembrar que aquele vasto território pertence ao Brasil. Os defensores dos povos da floresta desfaldam bandeiras internacionalistas em defesa dos índios. Tem sido assim nas últimas décadas, desde que os governos militares decidiram abrir estradas na região e forçar o avanço de colonos nas terras do norte do Brasil. Bruno Pereira, indigenista, e Dom Phillips, jornalista inglês, são duas novas vítimas da selva, que já produziu aventuras emocionantes com personagens famosos.

Um deles foi Theodore Roosevelt Jr., ex-presidente dos Estados Unidos, que, junto com Cândido Mariano Rondon, embrenhou-se, no início do século 20, na selva a partir de Rondônia à procura do local onde o chamado Rio da Dívida desemboca no Madeira. Quase morreu. Foi uma aventura cheia de problemas, percalços, acidentes graves e mortes. Outro foi Percy Fawcett que perdeu o rumo, em 1925, no meio do inferno verde e morreu procurando a sua cidade Z, o El Dorado, no nordeste de Mato Grosso. A selva inspira lendas e aventuras.

A Amazônia é o paraíso dos europeus, que transitam pela área desde a descoberta da América. Ingleses, franceses, irlandeses e holandeses andaram pela região. No começo dessa história, em 1599, os holandeses navegaram sem problemas pelo Amazonas e estabeleceram dois fortes no Rio Xingu. Começaram a plantar açúcar e tabaco. Franceses se estabeleceram no Maranhão e depois na Guiana, quando reivindicaram a metade do território do atual Amapá. Os ingleses, sempre com a mão grande, estabeleceram alguns fortes, rio acima, mas a sua principal obra foi contrabandear a matéria-prima da borracha do Brasil para a Malásia. E fazer a produção nacional, no século 20, entrar em processo falimentar.

Hoje é possível ir de Brasília até Lima, no Peru, por estrada asfaltada, passando por uma área ao sul do local onde ocorreu a tragédia atual. Não é aventura viajar por terra, de carro, em estrada asfaltada de Manaus a Caracas. As estradas funcionam bem no norte do país, dentro da região amazônica. A Belém-Brasília precisa ser duplicada em algumas regiões pelo excesso de tráfego. A Cuiabá-Santarém, asfaltada, permite a ligação de Brasília ao baixo Amazonas por estrada de

boa qualidade. E a famosa Transamazônica está aberta na sua totalidade com partes asfaltadas, partes em estrada de terra. Mas toda ela carroçável. O comércio avança na região. É difícil admitir que a Amazônia tem vida própria, necessita gerar empregos e que a fronteira anda selva adentro.

O Vale do Javari, que abrange uma área de 85 mil quilômetros quadrados, maior que a Áustria, está a mais de mil quilômetros em linha reta de Manaus. As distâncias são colossais, o verde é interminável, se mistura com o horizonte. Os governos brasileiros nunca assumiram política clara em relação ao enorme território do norte. Nos primeiros tempos da República simplesmente ignorou a região. Tamanho foi o esquecimento que nos anos 1960 ocorreu em Belém um interessante fenômeno: começaram a aparecer na cidade carros norte-americanos, modernos, novíssimos, lá chamados de cotias, porque saíam da floresta. Era contrabando puro e simples. Durou até a indústria automobilística nacional fazer seu produto chegar lá.

O governo brasileiro vive emparedado entre favorecer o desenvolvimento da região ou tentar manter a floresta intocada. É o drama

latino-americano. Crescer significa agregar áreas isoladas, entrar na selva, criar cidades, construir indústrias, portos e ferrovias. Destruir para construir. Os norte-americanos resolveram o assunto de maneira muito simples. Adquiriram a Luisiana, avançaram para o oeste, mataram os índios, tomaram o Texas, a Califórnia e alcançaram o Pacífico. Os argentinos exterminaram os patagones e chegaram à Terra do Fogo. No Brasil nunca houve política semelhante. Rondon, ao contrário, criou o Serviço de Proteção do Índio, antecessor da Funai.

Entre um caminho e outro, os governos não fazem nada. O atual governo desestruturou o pouco que havia de presença oficial na região. A ação dos militares não reduziu o desmatamento, nem a criminalidade. Resultado foi que o tráfico de drogas (Peru e Colômbia são grandes produtores de cocaína, inclusive em locais perto da fronteira) e predadores de toda espécie tomaram conta do pedaço. A região continua a ser o paraíso dos estrangeiros, terra sem lei, onde é possível fazer fortuna em pouco tempo, mas o cidadão chega jovem e sai velho. Sobreviver é difícil. São muitos os perigos. A Amazônia cobra seu preço.

O medo não vencerá a democracia

» IGOR LINS
» RENATA GIANINNI
Pesquisadores do Instituto Igarapé

A democracia brasileira está em risco. Engana-se quem espera tanques nas ruas para anunciar a instauração de um regime ditatorial ou uma guerra que ameace a soberania do país, como ocorre na Ucrânia. Atualmente, a corrosão democrática acontece nas entranhas do Estado e progressivamente: líderes autoritários restringem a livre participação no espaço cívico com ameaças à população e aos demais poderes.

O espaço cívico é fundamental em uma sociedade democrática. Nele, cidadãos dialogam e influenciam governos por políticas mais eficientes nas mais diversas áreas, além de poderem se expressar, manifestar e demandar melhorias livremente. Esse espaço está em risco no Brasil.

O Instituto Igarapé tem monitorado tais ameaças e as reações a elas por parte da sociedade civil e das instituições. Em boletins trimestrais, são publicadas análises sobre as diferentes táticas e estratégias utilizadas para atacar o espaço cívico. Na 6ª edição publicada, foram contabilizadas 367 ameaças apenas no primeiro trimestre de 2022, o que representa um acréscimo de 9,8% das ameaças democráticas em relação aos três meses anteriores. Descredibilização do sistema eleitoral, campanhas de desinformação, abuso de poder e intimidação e assédio são as principais estratégias de desconstrução das instituições e de corrosão democrática.

Entre janeiro e março de 2022, por exemplo, foram identificados 50 casos de intimidação e assédio. Aqueles que são críticos às atuais políticas têm sofrido os mais diversos tipos de ameaças, desde difamações on-line e off-line até perseguições institucionais. Nossas instituições, em várias instâncias, se distanciaram da função que deveriam cumprir de acordo com a Constituição Federal, e têm servido a interesses particulares. Apenas no primeiro trimestre de 2022, foram contabilizados 76 casos de abuso de poder.

Em ano eleitoral, é preciso entender o que está em jogo. Nossos direitos e as instituições democráticas, construídas a duras penas, não podem ser negociadas. Não se trata apenas de mudar os líderes do nosso governo. Trata-se de defender os direitos humanos, o meio ambiente e a integridade do processo eleitoral e das instituições do país, que vêm sendo atacadas e descredibilizadas, principalmente por meio de fake news e campanhas de desinformação.

Também observamos o aumento dos casos de violência política nos estados, especialmente direcionado aos políticos e ativistas negros, às mulheres, aos povos indígenas e à população LGBTQIA+. Foram 18 violações de direitos civis e políticos. E isso não podemos permitir.

Se, por um lado, líderes autoritários são responsáveis pela corrosão de regimes democráticos, por outro, a anuência ou a falta de resposta das instituições políticas a viabiliza. O Brasil tem patinado em dar respostas mais enfáticas em diversas ocasiões, sobretudo porque algumas instituições-chave nesse processo estão alinhadas ao processo de desconstrução do Estado. Por sorte, ainda há guardiões da democracia no âmbito da máquina pública, e na sociedade, diversos grupos estão se organizando.

O Judiciário, na figura do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), foi o fiel da balança entre a democracia e o autoritarismo neste ano. A suprema corte foi alvo preferencial dos ataques antidemocráticos nos últimos três meses, mas foi firme na defesa da sua independência, na fiscalização do Executivo e do Legislativo e na reação ao discurso de ódio de grupos da extrema direita. Os dados, nesse sentido, atribuem ao Judiciário mais de 36% das respostas institucionais ao fechamento do espaço cívico.

Erram aqueles que creem que a democracia está apenas nas mãos das autoridades. No limiar do poder e da ação concentrada das instituições, a sociedade civil aparece como um dos principais e indispensáveis atores na defesa do espaço cívico. Muito além da escolha individual nas eleições, os movimentos sociais, as organizações sociais e associações profissionais foram determinantes na contenção dos retrocessos.

As 274 reações às ameaças de fechamento do espaço cívico demonstram que a democracia não será corrompida sem resistência. É ilusório apostar na passividade do povo brasileiro, da sociedade civil e das instituições nos momentos de acirramento da investida autoritária no Brasil. Mais do que nunca, o povo quer — e precisa — de um governo democrático e republicano que invista na redução das desigualdades sociais, em uma nova política climática, no combate à insegurança pública e na abertura irreduzível do espaço cívico. O medo não vencerá a democracia.

AME: doença rara que tem tratamento

» ALEXANDRA PRUFER DE Q. C. ARAUJO
Professora associada de neuropediatria da UFRJ

Com pouco mais de três décadas de atuação na neuropediatria e dedicadas aos cuidados de pessoas com doenças neuromusculares, pude acompanhar as grandes etapas de aprimoramento na assistência da atrofia muscular espinhal (AME). Se no passado muitas famílias buscavam um acolhimento e dedicação do profissional para garantir a melhor qualidade de vida às pessoas com AME, hoje procuram, adicionalmente, acesso mais amplo a tratamentos.

A atrofia muscular espinhal, também conhecida como AME, é uma doença rara. Como tal, na formação dos diferentes profissionais de saúde, não consta como conteúdo específico das disciplinas de graduação. Mas o seu reconhecimento e preparo dos profissionais, para a condução dos cuidados de pessoas diagnosticadas com AME, torna-se fundamental quando existe um tratamento a ser iniciado o quanto antes possível.

Trata-se de doença genética, neuromuscular, de evolução progressiva, com repercussões sistêmicas. A partir de uma alteração de um gene chamado SMN1, a produção de uma proteína imprescindível para as células nervosas passa a depender do gene SMN2, que só consegue fabricar uma proteína instável. Isso ocasiona o mau funcionamento das células. O músculo, responsável pelos nossos movimentos, torna-se pouco acionado pela disfunção dos neurônios motores, o que se manifesta como fadiga e fraqueza muscular. Além de comprometer a locomoção,

funções vitais como respirar e alimentar-se podem ser prejudicadas.

Existe uma relação entre a quantidade de proteína que o gene SMN2 consegue produzir e a gravidade da AME, isso se reflete na idade de início e velocidade de progressão dos sintomas. Quanto mais proteína, mais tarde a doença aparece e mais lentamente ela piora o estado da pessoa com AME. Para facilitar a compreensão, profissionais da saúde classificaram a AME em diferentes tipos, em função de seu início e gravidade. Dessa forma temos três tipos principais: AME tipo 1 tem início dos primeiros sintomas até 6 meses de vida, progressão muito rápida, impedindo que a criança consiga adquirir a capacidade de sentar; AME tipo 2 tem início entre 6 e 18 meses, progressão intermediária, impedindo que a criança consiga adquirir a capacidade de caminhar sozinha; AME tipo 3 tem início após os 18 meses de vida, podendo, inclusive, se manifestar durante a adolescência ou vida adulta, com a aquisição da marcha, de evolução mais lenta, mas com perda da capacidade de andar ao longo dos anos.

Para confirmação do diagnóstico da AME, o ponto de partida é o reconhecimento do atraso do desenvolvimento motor, quedas frequentes ou dificuldade de correr e pular. O encaminhamento correto ao especialista que possa avaliar, solicitar o exame genético e encaminhar para a equipe multidisciplinar é a etapa seguinte, o que nem sempre ocorre com a agilidade necessária. Esse conjunto de ações,

iniciadas o quanto antes no curso da doença, garantirão melhor percurso.

Ao confirmar a AME como causa do desvio no desenvolvimento motor, temos atualmente a possibilidade de ir além da terapia multidisciplinar não medicamentosa, utilizando medicamentos modificadores da doença, com registro aprovado em território nacional. São todos tratamentos que buscamos, em última análise, aumentar a quantidade de proteína SMN no corpo de pessoas com AME e, dessa forma, tentar impedir o avanço da doença. Os tratamentos medicamentosos diferem na sua forma de administração, alguns requerem hospitalização e existe um de uso oral em casa, mas, em todos os casos, parar a progressão da doença no seu início traz muito mais benefícios que intervir quando já causou muito dano.

Apesar de rara, sendo o Brasil um país populoso, temos um número expressivo de nascimento de bebês com AME todo ano — cerca de 300 com base na incidência estimada de nascidos vivos nas últimas estatísticas, e um número ainda mais expressivo de pessoas convivendo com AME — mais de 2 mil com base na prevalência estimada e nossa população. Desta forma, o esforço em reconhecer potenciais casos suspeitos, avaliar a possibilidade do diagnóstico, e ao confirmá-lo seguir os cuidados preconizados, garantirá uma orientação mais precoce às pessoas com AME e, assim, a possibilidade de lhe garantir melhor capacidade motora e melhor qualidade de vida.